O movimento sindical frente ao governo Lula:
dilemas, desafios e paradoxos

Andréia Galvão
Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp
Pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas da mesma universidade

O movimento sindical frente ao governo Lula:
dilemas, desafios e paradoxos

Este artigo trata das relações entre o governo Lula e o movimento sindical brasileiro, considerando especialmente o impacto da política governamental sobre a atuação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical (FS). Esse impacto é mais significativo no caso da CUT, pois, com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), essa central assume uma posição governista e conciliadora, o que provoca uma crise em seu interior, levando a movimentos de desfiliação e à criação de outras experiências organizativas.

The union movement facing the Lula government:
dilemmas, challenges and paradoxes

This article deals with the relationship between the Lula government and the Brazilian union movement, especially considering the impact of government policies on the activity of the Central Única dos Trabalhadores (CUT) and Força Sindical (FS). This impact is more significant regarding the CUT as, with the victory of the Partido dos Trabalhadores (PT), this central union adopts a pro-government and conciliatory position, which causes a crisis within its membership, leading to a movement of disaffiliation and to the creation of other organizational experiences

Este artigo se propõe a analisar as relações entre o governo Lula e o movimento sindical, levando em conta a ação das duas centrais sindicais brasileiras mais importantes: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS). A questão principal que nos propomos a responder é: de que maneira o governo do PT afeta o movimento sindical?[1]

Nossa hipótese geral é que o governo Lula reduziu as diferenças entre as duas centrais, aproximando sua posição e sua prática em diversos aspectos que anteriormente as distinguiam. É certo que esse não é um movimento novo, uma vez que desde o início dos anos 1990 a direção da CUT vem operando mudanças em seu discurso e em sua prática.[2] É certo também que essa aproximação se tornou mais intensa ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso, quando ambas as centrais passaram a convergir na defesa de um modelo de "sindicato-cidadão", modalidade de sindicalismo que se caracteriza por oferecer ao trabalhador os serviços outrora mantidos

---

[1] Ao privilegiar essa questão, não descartamos as eventuais influências do movimento sindical sobre o governo Lula, mas este não constitui o enfoque deste trabalho. Ademais, convém advertir o leitor de que não se pretende fazer uma análise acabada de um processo ainda em curso, mas tão somente levantar algumas questões e sugerir algumas hipóteses na tentativa de compreender aspectos dessa complexa relação.

[2] Mudanças essas que levariam a um novo modelo de ação sindical, que ficou conhecido como sindicalismo propositivo. O sindicalismo propositivo caracteriza-se pelo predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital (Ver GALVÃO, 2002). Nesse sentido, é bastante próximo do sindicalismo de resultados representado pela Força Sindical, já que este se caracteriza por uma prática na qual o confronto é o último recurso, pela defesa da conciliação com os governos e com o patronato, e por uma atuação pragmática, voltada para a defesa dos interesses econômicos imediatos dos trabalhadores (Cf. TRÓPIA, 2002).

pelo Estado. Mas a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2002 alterou os vínculos entre as centrais sindicais e o governo: enquanto a FS passou a ocupar uma posição institucional de menor destaque, a CUT ampliou seu peso institucional, o que provocou profundos impactos sobre a combatividade dessa central.

Esse fato, por si só, indica que a chegada do PT ao poder produziu dilemas e desafios significativos para o movimento sindical. São esses dilemas e desafios que este artigo pretende abordar. Para isso, na primeira e segunda partes abordaremos o contexto no qual se estabelecem as relações entre o movimento sindical e o governo, discutindo alguns aspectos da política governamental. Na terceira parte, analisamos, em linhas gerais, a reação do movimento sindical frente à ação do governo.

Dilema: um governo liderado por um ex-dirigente sindical, que dificulta a atuação dos sindicatos

Diferentemente do que se esperava quando Lula foi eleito, o governo do PT não tem favorecido o movimento sindical. Pelo contrário: a proximidade entre o PT e a CUT tem criado diversos obstáculos para a ação sindical.[3]

Não obstante, a CUT desempenhou um papel importante na vitória do PT nas eleições de 2002. Esta foi possível, entre outros motivos, devido às lutas sociais que se intensificaram a partir da crise cambial de 1999 – muitas delas protagonizadas pela central –, levando ao desgaste do neoliberalismo e do governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse desgaste provocou importantes perdas na base de sus-

[3] A proximidade supra-mencionada pode ser verificada de diferentes maneiras. Além da dupla militância – uma vez que vários militantes do partido militam também na central – e da existência das mesmas tendências políticas no interior de cada uma dessas organizações, já que vários integrantes do primeiro escalão do governo são oriundos da central.

tentação daquele governo. Já a FS, central que nasceu sob o signo do neoliberalismo, defendendo a abertura econômica, as privatizações, a desregulamentação do mercado de trabalho, o combate aos "privilégios" do setor público etc. apoiou Cardoso em seus dois mandatos, criticando-lhe apenas por manter altas taxas de juros.[4]

Se a distância entre FS e PT permitia supor que a atuação dessa central ao longo do governo Lula seria tímida e ofuscada pela CUT, a relação histórica entre a CUT e o PT levava a crer numa atuação bem mais destacada desta última. Porém, não foi bem isso o que aconteceu. Se no que tange à FS a hipótese se confirmou, uma vez que essa central não goza do status de interlocutora principal deste governo no meio sindical, no que se refere à CUT as coisas devem ser analisadas com um pouco mais de vagar e de maneira mais nuançada.

Isto porque, em primeiro lugar, a CUT não pode ser compreendida como uma central homogênea, como se fosse desprovida de contradições e conflitos internos. Com efeito, pode-se notar uma divisão significativa entre a direção e algumas correntes minoritárias a partir do início dos anos 1990. Enquanto a primeira adota uma posição cada vez mais moderada, assimilando, inclusive, certos aspectos da ideologia neoliberal, as correntes minoritárias mantêm seu apego à combatividade e continuam a adotar uma posição de confronto frente ao governo e ao patronato.

Apesar dessas divisões internas, a CUT assumiu, de modo geral, uma postura bastante crítica ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, resistindo às medidas que buscavam desregulamentar as relações de trabalho e opondo-se a algumas reformas constitucionais (embora não tenha feito isso no caso da reforma da previdência). Assim, enquanto o PT se encontrava na oposição, os conflitos entre as correntes cutistas eram encobertos por aquilo que

[4] Todavia, a FS distanciou-se do governo no ano eleitoral, lançando seu presidente, Paulo Pereira da Silva, à vice-presidência da República na chapa de Ciro Gomes. Este apresentava-se como candidato de oposição a Cardoso e, não obstante as críticas que endereçava à candidatura de Lula, tornou-se ministro da Integração Nacional de seu governo.

as unia: a crítica ao governo Cardoso. Muitas das tentativas de sua corrente majoritária, a *Articulação Sindical*, em negociar com o governo e com o patronato foram frustradas, favorecendo a resistência protagonizada pelas correntes minoritárias e revigorando uma prática mais confrontacionista.[5]

Paradoxalmente, porém, as dificuldades enfrentadas pela CUT aumentaram com a eleição de Lula. A expectativa de que o novo presidente romperia com o neoliberalismo foi frustrada: ao invés de combater esse modelo, modificando os pilares da política econômica, o governo do PT manteve seus fundamentos, aprofundando, ao mesmo tempo, as reformas introduzidas pelo governo Cardoso como, por exemplo, a reforma da previdência.

Diante desse contexto, a capacidade de resistência da CUT diminuiu. Os laços existentes entre a corrente majoritária da central e a principal tendência petista, de onde provém Lula e os principais quadros do governo federal, têm afastado a CUT de manifestações e protestos contra o governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores. A central tem feito muitas concessões em relação a seu programa de lutas, o que a coloca diante da necessidade de fazer muitos malabarismos discursivos para justificá-las. Apesar de se declarar independente em relação ao governo, a central abre mão de conquistas, apresentando dificuldades para conservar-se de fato independente. De uma maneira geral, a CUT aceita o argumento segundo o qual o remédio prescrito para a economia brasileira devia ser amargo por causa da "herança maldita" do governo Cardoso.

A capacidade de resistência da CUT também foi afetada pelas mudanças ocorridas em sua direção. O presidente Lula interveio nas eleições da central, indicando Luiz Marinho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para o cargo de presidente. Contra-

---

[5] Não se pretende, com essa afirmação, associar a prática cutista dessa fase à dos anos 1980, período em que o confronto era a marca da central, mas sim contrastá-la com a prática adotada na primeira metade dos anos 1990, momento de ascensão do sindicalismo propositivo.

riando a tradição da central, seu ex (e atual) presidente, João Felício, não foi reeleito. Apesar de ambos serem integrantes da *Articulação Sindical*, Felício é funcionário público, tendo uma postura mais crítica diante do governo. Marinho, pelo contrário, é metalúrgico e um dos principais expoentes do sindicalismo propositivo, modalidade de sindicalismo altamente vantajosa para o governo, pois rebaixa a negociação àquilo que é realista, assimilando o discurso da "utopia do possível". Nesse sentido, o sindicalismo propositivo pode auxiliar na aprovação das reformas, recomendando sua base a adotar uma posição tolerante e "paciente" com o governo que elegeu. Assim, o sindicalismo cutista vem desempenhando, no governo Lula, papel similar ao desempenhado pela FS até o penúltimo ano do governo Cardoso pois, ao invés de organizar a resistência dos trabalhadores e mobilizá-los em defesa de seus direitos, procura conter manifestações contrárias ao governo, a fim de não prejudicar sua "governabilidade".

Paradoxo: a cordialidade do movimento sindical com um governo antipopular

A opção do governo Lula em manter uma política macroeconômica conservadora, ancorada na alta taxa de juros e no superávit primário elevado, compromete os investimentos públicos e é responsável por um crescimento econômico errático : o PIB passou de 0,5 % em 2003 para 4,95% em 2004 e 2,3% em 2005, o que afeta negativamente o nível de emprego e a renda dos trabalhadores.[6]

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese/Seade, a taxa de desemprego para a região metropolitana de São Paulo

---

[6] Não cabe, nos limites deste artigo, discutir as diferentes dimensões do governo Lula. Assim, destacaremos apenas os aspectos mais relevantes aos propósitos da análise aqui pretendida. Para uma discussão mais ampla, pode-se consultar: Paula (2003 e 2005) e Sader, 2004.

aumentou de 19% em 2002, último ano do governo Cardoso, para 19,9% em 2003, caindo para 18,7% em 2004 e 16,9% em 2005.[7]

A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE indica uma deterioração acentuada do rendimento médio dos ocupados em 2003 e 2004: entre março de 2002 e março de 2003, o rendimento se reduz em 7,2% e entre março de 2003 e março de 2004, a queda é de 2,38%. Os dados também apontam uma ligeira recuperação a partir de 2005, o que faz com que o rendimento de março de 2006 (R$ 1.006,80) praticamente retorne ao patamar registrado em janeiro de 2003 (R$ 1.009,79). Desconsiderando-se todas as oscilações verificadas ao longo do período e levando-se em conta apenas o primeiro mês do governo Lula e o último dado disponível, observa-se uma estagnação na renda (IBGE, 2006).

Esses indicadores nos permitem considerar insatisfatórios os resultados do governo Lula em matéria de emprego e renda, pois: i) apesar da queda do desemprego verificada entre 2003 e 2005, ele se mantém elevado; ii) não há elementos para se afirmar que a recuperação na renda registrada a partir de 2005 será sustentada, pois isso nos parece estar associado à conjuntura internacional favorável e não à política econômica praticada internamente.

Além dessas limitações, o governo do PT tem se destacado por medidas de caráter antipopular, que levam à contestação e à supressão de direitos sociais. Dentre essas, o caso mais notório foi o da reforma da previdência, que retirou diretos dos servidores públicos e expandiu a previdência complementar.

As reformas trabalhista e sindical – que não se concretizaram devido às profundas divergências entre os integrantes do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), organismo tripartite constituído para debatê-las – também ameaçam direitos dos trabalhadores, criando novas formas de intervenção na organização sindical e buscando

---

[7] Cf. Dieese (2005). Conforme essa mesma pesquisa, o rendimento médio real dos ocupados para a região metropolitana de São Paulo caiu 20,9% entre 2000 e 2005.

meios de incentivar a negociação em detrimento da lei (cf. Borges, 2004; e Dias & Bosi, 2005).

Quanto à política social, a atuação do governo tem sido tímida: a principal novidade foi a criação do "bolsa-família", que unificou três programas de transferência de renda criados no governo anterior. O programa de reforma agrária tem sido questionado pelos movimentos de luta pela terra[8] e o aumento do salário mínimo tem ficado aquém do reivindicado pelo movimento sindical.[9] Diante de tudo isso, como explicar o apoio de uma parcela importante dos trabalhadores ao governo?

No que se refere aos trabalhadores desorganizados e pauperizados, a resposta é relativamente simples: seu apoio se deve sobretudo às políticas compensatórias, cuja abrangência e valor do benefício foram expandidos.[10] Já os trabalhadores organizados são cooptados por mecanismos mais sutis: por um lado, pode-se mencionar a

---

[8] Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 245 mil famílias obtiveram acesso à terra entre 2003 e 2005. O MST contesta esse dado, alegando que apenas 25% desse total se refere a novas desapropriações. O restante diz respeito à regularização fundiária, à redistribuição de lotes em assentamentos já existentes e a assentamentos em terras públicas. Ou seja, esse cálculo contabiliza projetos criados por governos passados. Para o MST, esse modelo de reforma agrária não amplia o acesso à terra, nem desconcentra a propriedade, já que o latifúndio não é atingido. Entre as reivindicações do movimento não atendidas pelo governo, destacam-se: a mudança dos índices de produtividade para que a terra seja considerada improdutiva e passível de desapropriação (os índices utilizados pelo Incra remontam aos anos 1970), o assentamento das famílias acampadas, melhoria do crédito e da infra-estrutura nos assentamentos.

[9] O salário mínimo aumentou de R$ 200,00, em 2002, último ano do governo Cardoso, para R$ 240,00, em 2003, e R$ 350,00, em 2006, respectivamente primeiro e último ano do governo Lula. Embora o reajuste tenha sido maior do que a inflação do período (o aumento real entre 2003 e 2006 foi de 24,25%), não foi suficiente para dobrar o seu valor, descumprindo o que fora prometido durante a campanha eleitoral (o valor reivindicado pelas centrais sindicais para 2006 era de R$ 400,00). Além disso, está muito distante do salário mínimo necessário, segundo o Dieese: R$ 1.607,11, para dezembro de 2005.

[10] Conforme dados do governo, o bolsa-família passou de 3,6 para 8,7 milhões de famílias beneficiadas, entre 2003 e 2005, com um aumento de R$ 3,4 bilhões para R$ 6,5 bilhões de recursos investidos no período (cf. Revista Brasil, 2005, p. 6).

participação de muitas lideranças sindicais no primeiro e segundo escalão do governo; por outro lado, pode-se mencionar a participação dessas lideranças nos organismos tripartites,[11] o que lhes confere uma aparência de democratização. As lideranças sindicais crêem que o governo Lula lhes proporcionou uma maior participação no processo decisório, tanto no que se refere à deliberação referente à criação e mudanças de políticas públicas quanto à aplicação de verbas relacionadas a políticas já existentes, como o FAT.

As relações entre o movimento sindical e o governo, principalmente entre a CUT, e o governo, têm sido mais do que cordiais. Essa cordialidade pode ser explicada a partir dos seguintes elementos:

1) a origem político-ideológica comum entre as principais lideranças sindicais cutistas e integrantes do governo Lula, especialmente aqueles com passado sindical;

2) as correntes majoritárias no interior da CUT e do PT passaram por um processo de conversão ideológica semelhante, que as levou à adaptação à ordem capitalista e, no interior desta, à assimilação de elementos do ideário neoliberal:

2.1) no campo sindical isso se refletiu na criação, em princípios dos anos 1990, do sindicalismo propositivo, modelo de ação sindical em que a contestação cede lugar à negociação e à conciliação de classes. Ao invés de lutar pela universalização dos direitos existentes e por novos direitos, estimula-se o individualismo e a luta corporativa. Algumas das lideranças e sindicatos cutistas, por exemplo, são mais propensos a aceitar a redução da legislação trabalhista, já que têm meios de negociar condições de trabalho mais favoráveis que as asseguradas pela lei. Além da disposição em negociar, o sindicalismo propositivo foi assumindo novas tarefas, como a prestação de serviços ao trabalhador, passando a se apresentar como um sindicalismo cidadão. Ocorre que a idéia de cidadania aqui contida é, no mínimo, curiosa, pois, ao assumir serviços relegados pelo Estado – como a

[11] Além do FNT, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

formação profissional, por exemplo –, a CUT colabora para a privatização das políticas públicas, como também para a disseminação de teses associadas à ineficiência do Estado e à incompetência de seus servidores. Assim, a central auxilia a perspectiva neoliberal de combate aos direitos, legitimando a substituição de políticas universais por políticas focalizadas e compensatórias, promovendo a individualização do problema do desemprego e responsabilizando o desempregado por sua própria sorte. Ao fazê-lo, a CUT aproxima-se cada vez mais da FS, que inaugurou esse tipo de prática ao criar uma agência de emprego no *Centro de Solidariedade ao Trabalhador*, em 1998.

2.2) tanto no campo sindical quanto no político-partidário, a organização e mobilização das bases dão lugar à burocratização, à ação institucional, e à submissão à lógica eleitoral. A luta pelo poder deixa de ter como objetivo a transformação social – qualquer que seja a maneira pela qual essa transformação é concebida – e passa a ter uma meta mais estreita, na medida em que ganhar as eleições passa a ser um fim em si mesmo. A aliança de classes, como a verificada na campanha eleitoral de 2002, passa a ser vista como um meio eficaz de se chegar ao poder. O pacto social deixa de ser considerado nocivo, já que a perspectiva classista é substituída pela perspectiva da "cidadania", e as menções à luta de classes são abandonadas por um discurso que pretende falar em nome da sociedade "como um todo". A superação da ordem capitalista cede lugar à acomodação à ordem e mesmo projetos reformistas são substituídos por uma perspectiva mais "direitizante", na medida em que se revela uma tendência a assimilar aspectos do neoliberalismo.

3) a vitória do PT aprofundou as divisões no interior da CUT: enquanto as correntes minoritárias ainda buscam resistir ao neoliberalismo, a corrente majoritária faz uma crítica superficial ao governo, denunciando os efeitos colaterais da política econômica, como o desemprego elevado e a queda na renda. Deste modo, embora a CUT critique aspectos da política econômica, opondo-se à taxa de juros e ao superávit primário elevados, não exige a ruptura de modelo, nem

exerce forte pressão sobre o governo para que este reduza os juros e o superávit. Assim como o PT, sua direção se rendeu à tese da utopia do possível.

4) no que se refere à FS, essa central tem dificuldades de se opor ao governo, dado seu caráter marcadamente governista e pelego. Assim, enquanto a CUT enfrenta obstáculos para manter sua unidade interna e sua independência frente ao governo, a FS vive um momento de crise de identidade pois, aliada de primeira hora de todos os governos, a central perdeu esse posto para a CUT. Nesse novo contexto, a FS critica o aumento da taxa de juros e algumas medidas que antes defendia, apresentando-se como oposicionista. Mas essa crítica representa muito mais uma tentativa de se diferenciar da CUT – que passou a ser considerada uma central governista, apesar da presença de correntes que discordam desse posicionamento em seu interior – do que uma convicção política.[12]

5) por fim, a docilidade do movimento sindical frente ao governo também pode ser compreendida a partir da posição que Lula assume, na qualidade de ex-líder sindical, diante dos atuais militantes e dirigentes. Nas inúmeras reuniões que Lula promove com seus antigos companheiros – não apenas da CUT, mas também de outras centrais sindicais – trata-os de maneira paternalista e afetuosa, relembrando os velhos tempos e dando "conselhos" aos mais jovens. Repetidamente, o presidente recomenda aos sindicalistas que tenham moderação e criatividade, pois considera que, no contexto histórico atual, não há espaço para confrontação. Os sindicalistas devem ser mais cautelosos e inventivos pois, segundo Lula, o tempo de contestação acabou (cf. Scolese, 2005; Entrevista, 2005; Silveira, 2003). Assim, as novas lideranças devem ter disposição para a negociação, assumindo um papel mais "propositivo", tal como fazem a corrente majoritária da CUT e a FS.

---

[12] Alguns sindicatos ligados à FS, desconfortáveis nesse papel de oposição, decidiram se filiar à CUT para se aproximar do governo (cf. Batista, 2004). Essa troca constitui mais um indício da redução das diferenças entre as centrais.

Desafio: para onde vai a CUT?

A CUT tem seguido as sugestões de Lula à risca, buscando se mostrar propositiva ao máximo. Nesse sentido, duas propostas apresentadas em 2003 se destacam:[13]

1) a proposta de pacto social formulada por seu então presidente, Luiz Marinho, é apresentada como forma de evitar o aumento da inflação e da taxa de juros, bem como de possibilitar a retomada do crescimento econômico. Nesse pacto pelo crescimento sustentado e contra o aumento dos juros, o governo reduziria impostos, os empresários assumiriam o compromisso de não aumentar preços, ao mesmo tempo em que investiriam na produção, os banqueiros diminuiriam o *spread* bancário e os trabalhadores reduziriam as reivindicações por aumento salarial. Essa proposta foi criticada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que não quer abrir mão do controle sobre a política monetária, nem sobre a política tributária, e abandonada pela CUT e pela Fiesp, que tinha dado apoio a ela.[14]

---

[13] Poderíamos mencionar uma terceira proposta: a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. No entanto, ao contrário das outras duas, essa proposta esbarra em grandes dificuldades para ser aceita pelos representantes patronais, pois visa instituir uma medida inconseqüente para a lógica do capital. Essa oposição indica claramente os limites da "parceria" capital/trabalho e, conseqüentemente, os limites do sindicalismo propositivo pois, para que sejam aceitas na mesa de negociação, é necessário que as propostas formuladas sejam consideradas "realistas", adequadas à ideologia dominante, de modo a interessar tanto ao patronato quanto ao governo. Caso contrário, não há negociação possível. Cumpre notar que essa proposta foi apoiada por outras cinco centrais sindicais: a FS, a CGT, a CGTB, a CAT e a SDS, e vem sendo apresentada como um meio de gerar empregos. Embora as seis centrais tenham lançado uma campanha unificada pela redução da jornada, ela ainda não produziu resultados concretos.

[14] A FS também tem se aliado à Fiesp em suas demandas: uma das reivindicações que apresenta reiteradamente diz respeito à redução de impostos. Mas, diferentemente da CUT, a central mira apenas no governo, que deveria abrir mão de tributos, discordando da proposta de pacto social da CUT, na medida em que ela imporia "sacrifícios" aos trabalhadores e à burguesia industrial.

2) a proposta de crédito consignado (empréstimo bancário com desconto em folha de pagamento), por meio da qual a central busca mecanismos para ampliar as condições de endividamento dos trabalhadores. Essa medida é justificada com o argumento de que ajudaria a reduzir a taxa de juros, já que acabaria com a inadimplência, e aumentaria a oferta de crédito aos trabalhadores que, deste modo, poderiam escapar dos altos juros cobrados pelo cheque especial e pelas operadoras de cartão de crédito. Assim, no lugar de buscar aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores, organizando e mobilizando sua base para reivindicar maiores salários, a central busca uma saída institucional, propondo ao governo uma legislação para regular essa nova modalidade de empréstimo. Essa medida, apresentada como uma "conquista" para os trabalhadores, beneficia os sindicatos que negociam com os bancos as taxas de juros a serem cobradas. Num dos acordos formalizados pela FS, a central "inseriu cláusula que destina a seu próprio caixa 0,5% do total que o banco emprestar a cada metalúrgico. Outro 0,5% vai para o sindicato da categoria (...) A CUT optou por um mecanismo mais sutil. Num acordo sobre o mesmo tema com 19 bancos, inseriu taxas mais favoráveis aos trabalhadores que forem sócios de seus sindicatos. Trata-se de um estímulo eficiente à sindicalização" (AITH, 2003).

Esses exemplos indicam que a central abandonou uma postura de maior enfrentamento, optando por soluções paliativas e compatíveis com a lógica do capital.

Com efeito, no lugar de comícios, protestos e manifestações, a CUT passou a promover festas, contribuindo para despolitizar as comemorações em torno de uma data importante como o 1° de maio. Desde 1998 a FS celebra essa data com um megaevento marcado por shows com artistas populares, sorteios de carros e apartamentos, e pelo oferecimento de serviços variados ao "cidadão" (serviços que vão de cortes de cabelo a acesso à documentação). A CUT vinha resistindo a adotar esse modelo, até que, em 2004, acabou contratando um marqueteiro para organizar uma festa em moldes semelhantes aos de sua adversária.

A CUT também tem procurado evitar greves que possam causar danos à imagem do governo. A greve dos funcionários de bancos públicos e privados, ocorrida em setembro de 2004, contrapôs a esquerda da CUT e ex-cutistas aos principais dirigentes daquela central, constituindo um caso exemplar. Naquela ocasião, a base se opôs ao acordo promovido entre a Confederação Nacional dos Bancários da CUT, dirigida pela *Articulação Sindical*, e o setor patronal. Contrariando o indicativo da direção, a base votou a favor da greve, a fim de buscar um reajuste salarial mais elevado do que o negociado pela cúpula do movimento. Enquanto a categoria reivindicava reajuste de 25%, a direção do movimento negociou um acordo que previa um aumento de 8,5% a 12,77%, conforme a faixa salarial. Isso num setor cuja rentabilidade aumentou de 9,8%, em 1994 para 20%, em 2003, ao passo que o piso salarial da categoria "caiu de 4,3 salários mínimos para 2,6 no mesmo período" (ROLLI, 2004).

O descontentamento de algumas correntes sindicais com a posição adotada pela CUT frente ao governo Lula, sobretudo no caso das reformas da previdência e sindical, desencadeou um processo de desfiliação. A CUT perdeu alguns sindicatos importantes, como o dos metalúrgicos de São José dos Campos e Região e o Andes (Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior). Este último se desfiliou sob a justificativa de que a CUT "tem servido de esteio para sustentar posições e projetos do governo no movimento sindical" (Cf. entrevista de Marina Barbosa, presidente do Andes, a ROLLI, 2005).

Em 2004, alguns dos dissidentes organizaram-se em torno da Coordenação Nacional de Lutas (*Conlutas*), entidade composta por organizações ligadas a movimentos sociais distintos, que têm por objetivo lutar contra as reformas e o modelo econômico adotado pelo governo. A *Conlutas* conta tanto com a participação de sindicatos que se desligaram da CUT,[15] quanto de sindicatos que se mantêm

[15] Sindicatos esses ligados, principalmente, ao Movimento por uma Tendência Socialista.

filiados a ela, optando por manifestar seu descontentamento frente à direção da central sem dela se desvincular.

Apesar de a CUT ter participado, ao lado do MST, da Central dos Movimentos Populares (CMP) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outros, da constituição da Coordenação de Movimentos Sociais, concebida para pressionar o governo por mudanças, em nenhum momento a central negou seu apoio ao governo, pois considera a gestão de Lula muito melhor que as anteriores, especialmente porque "tem aberto possibilidades de diálogo com o movimento sindical e com outros movimentos sociais" (GOMES, 2005). Por isso, a CUT tem buscado dispersar as manifestações contrárias ao governo, convocando manifestações paralelas em datas próximas, de modo a dividir e confundir os trabalhadores. Assim, quando a *Conlutas* organizou um protesto contra as reformas sindical, trabalhista e universitária no dia 16 de *junho* de 2004, a CUT realizou um mês depois, em 16 de *julho* de 2004, o Dia Nacional de Lutas e Mobilizações por Mudanças na Política Econômica.

Em 2005, uma outra iniciativa importante se organizou em decorrência da crise política desencadeada pelas denúncias de corrupção contra integrantes do PT: trata-se da criação da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda, composta por militantes de diferentes movimentos sociais, juntamente com as Pastorais Sociais da Igreja Católica, com o objetivo de "reconstruir o bloco histórico dos trabalhadores e unificar a esquerda socialista". A Carta Aberta da Assembléia declara: "(...) o governo Lula trabalhou para cooptar as direções e desmobilizar os movimentos sociais, o caso mais escandaloso é o das direções majoritárias da CUT e da UNE [...] A reorganização da esquerda passa por fora do PT. Portanto, a tarefa é derrotar as direções da CUT, UNE e do PT no movimento" (CARTA ABERTA, 2005).

Porém, a questão que se coloca é como derrotar essas direções. Enquanto algumas lideranças optaram por romper com a CUT, outras decidiram continuar lutando em seu interior, na tentativa de modificar a orientação da central. Estes criticam a tese da ruptura com a

CUT por considerar que isso significa abrir mão da disputa interna, acusando os que o fazem de fragmentar a maior organização dos trabalhadores já constituída no Brasil, reduzindo o espaço da esquerda e fortalecendo ainda mais a corrente majoritária.[16] Contudo, ambas as opções implicam custos: a ruptura significa abandonar uma história e dar início a um novo trabalho de organização e mobilização das bases, a fim de substituir a CUT por uma outra referência "de luta"; a não ruptura significa continuar a disputar espaços no interior da central, correndo o risco de legitimar a capitulação liderada pela maioria.

Esse risco é cada vez maior quando se constata que, no decorrer da crise política, as ligações entre a CUT e o governo se fortaleceram. Ao lado de outros movimentos sociais (como a Coordenação dos Movimentos Sociais, o MST e a UNE), a CUT foi uma das principais articuladoras da Carta ao Povo Brasileiro, documento cujos signatários, por um lado, exigem a apuração das denúncias de corrupção e a mudança do modelo econômico e, por outro lado, saem em defesa do governo Lula, denunciando o "golpismo" das elites.[17] Segundo essa concepção, a crise seria uma armação da oposição com o intuito de inviabilizar o governo Lula e de impedir sua reeleição, como pode-se constatar por meio da declaração de Wagner Gomes, membro da Corrente Sindical Classista: "Não ousem tentar derrubar o operário do poder no Brasil" (Flores & Scolese, 2005). Conforme essa tese, o golpismo seria uma reação ao caráter democrático e popular do governo Lula, como argumentou o então presidente da CUT, Luiz Marinho: "Precisamos defender o presidente Lula e as próprias instituições democráticas contra os segmentos que trabalham de maneira regular e sistemática para impedir os avanços sociais (...) setores das elites e da oposição

[16] Para acompanhar a polêmica entre as diferentes posições, consultar Arcary, (2005) e Borges (2006).

[17] A carta tem como subtítulo: "Contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção: por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas" (Coordenação dos Movimentos Sociais, 2005).

que pretendem impedir a reeleição e, depois dela, o aprofundamento das políticas de avanço social" (Amaral, 2005).

Cumpre notar que o apoio da CUT ao governo foi recompensado com a nomeação de Marinho para o cargo de ministro do Trabalho e Emprego. Com essa nomeação, Lula visa manter o apoio dos movimentos sociais, de modo a enfrentar a crise política, pois até mesmo as críticas superficiais ao governo se arrefecem diante do suposto "golpismo" das elites. Assim, ao invés de resistir à política do governo, passa-se a defendê-lo, como se este fosse efetivamente um governo dos trabalhadores.

Considerações finais

A eleição de Lula modificou profundamente o cenário sindical brasileiro. Se a intensificação das lutas sociais no fim dos anos 1990 parecia indicar uma reativação do sindicalismo combativo, a opção do governo do PT em dar continuidade ao modelo neoliberal paralisou a capacidade de crítica de seus aliados, na medida em que o partido que fazia oposição às reformas orientadas para o mercado acabou por assumi-las.

A convergência entre o posicionamento da CUT e da FS em muitos aspectos que anteriormente as distinguiam coloca um desafio significativo para o movimento sindical. As correntes que buscavam resistir ao neoliberalismo encontram-se desarmadas, pois apostavam que o governo Lula implantaria um projeto de mudança. Algumas dessas correntes consideram que nem a CUT, nem o PT representam mais os interesses dos trabalhadores, mas hesitam em abandoná-los por considerar que ainda não existe nenhuma alternativa a essas organizações.[18]

---

[18] Referimo-nos principalmente à Alternativa Sindical Socialista que criou, com dissidentes da Articulação de Esquerda e da Democracia Socialista, a Frente de Esquerda Sindical Socialista. Já a Corrente Sindical Classista e a CUT Socialista e Democrática aproximaram-se da Articulação Sindical no 8º Concut, em 2003.

Diante disso, colocamo-nos diante da seguinte questão: é possível disputar hegemonia no interior da CUT na atual conjuntura? A nosso ver, isso é cada vez mais difícil, pois a direção tem um relacionamento muito próximo com o governo, a quem apóia e por quem é beneficiada. É verdade que a direção da CUT nunca impediu que as correntes minoritárias se manifestassem contrariamente a medidas lesivas aos interesses dos trabalhadores nos governos passados. Mas a conjuntura era diferente, pois a *Articulação Sindical* não apoiava abertamente ou integralmente aqueles governos; portanto, era mais fácil adotar uma postura crítica, mesmo que a maioria resistisse em fazê-lo. Hoje, a ação da maioria da CUT divide o movimento pois, quando não apóia o governo, critica-o superficialmente, de modo a sufocar as vozes descontentes.

Referências bibliográficas

AITH, Márcio. Classe Sindical vai ao paraíso. *Folha de S. Paulo*, 4 nov. 2003, p. A 2.

AMARAL, Ricardo. CUT, MST e Contag se unem em apoio a Lula e contra "elites". Agência Reuters, 19 jun. 2005.

ARCARY, Valério. Ir ou não ir além da CUT. Uma polêmica sindical em perspectiva histórica, *Marxismo Vivo*, p. 38-50, n. 11, 2005.

BATISTA, Henrique Gomes. Governo do PT altera quadro das centrais. *Valor Econômico*, 20 julho 2004.

BORGES, Altamiro (org.). *A reforma sindical e trabalhista no governo Lula*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

————. Trotsky, o PSTU e a divisão na CUT. *Debate Sindical*, n. 53, p. 16-21, nov.-dez.-jan. 2006.

CARTA ABERTA da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda: unificar os lutadores para construir uma saída socialista para o país. 2005. Disponível em: www.assembleiapopular.org

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS et al. *Carta ao povo brasileiro*: contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção: por mu-

danças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas. 21 de junho de 2005. Disponível em: www.vermelho.org.br. Acessado em: 22 jun. 2005.

DIAS, Edmundo F. & BOSI, Antônio. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. *Outubro*, n. 12, 2005.

DIEESE. *Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo em 2005*. Disponível em: www.dieese.org.br.

ENTREVISTA de Lula a Luiz Marinho no programa semanal da CUT, Repercute. TV Bandeirantes, 30 abr. 2005.

FLORES, Ana & SCOLESE, Eduardo. Sindicalistas dão "kit descarrego" para ajudar Lula. *Folha de S. Paulo*, 12 jul. 2005, p. A 4.

GALVÃO, Andréia. A CUT na encruzilhada: dilemas do movimento sindical combativo. *Idéias*, v. 9, n. 1, 2002.

GOMES, Marcel. Entrevista com Luiz Marinho. *Agência Carta Maior*, 12 maio 2005.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Séries históricas. Atualização em 20 abr. 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br.

PAULA, João Antonio de (org.). *A economia política da mudança*: os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

————. *Adeus ao Desenvolvimento*: a opção do governo Lula. São Paulo: Autêntica, 2005.

REVISTA BRASIL, a. III, n. 6, dez. 2005.

ROLLI, Cláudia. CUT é "esteio" do governo, dizem dissidentes. *Folha de S. Paulo*, 5 mar. 2005, p. B 6.

————. Política "alimenta" greve dos bancários. *Folha de S. Paulo*, 3 out. 2004, p. B 5.

SADER, Emir et al. *Governo Lula*: decifrando o enigma. São Paulo: Editora Viramundo, 2004.

SCOLESE, Eduardo. Sindicalistas precisam ser mais inteligentes, diz Lula. *Folha de S. Paulo*, 21 abr. 2005, p. A 4.

SILVEIRA, Wilson. Lula critica "sindicalismo de contestação". *Folha de S. Paulo*, 30 jul. 2003, p. B 1.

TRÓPIA, Patrícia. A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo. *Idéias*, v. 9, n. 1, 2002.